

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas Controladas e devem ser lidas em conjunto com o Formulário de Referência (FRE). A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

A Companhia, através do Projeto Paranapanema 2018 (“PMA-2018”), vem aprimorando o modelo de negócios de modo a ampliar a rentabilidade dos ativos e promover a geração de valor mais adequado aos acionistas e demais *stakeholders*.

Dentre as principais medidas, destacam-se a ampla revisão e o aprimoramento das operações industriais, comerciais, financeiras e administrativas da Companhia, tendo como pilares os resultados, processos e pessoas, com o objetivo de redução dos custos e das despesas estruturais (vendas e administrativas), o menor uso de capital de giro aplicado em estoques e contas a receber, bem como adequar os investimentos com Capex ao ciclo atual da Paranapanema.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$ 343.542 (R\$ 117.554 positivo em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que esta posição reflete uma situação temporária e não se trata de um item significativo, uma vez que não deixará de honrar com suas obrigações, sejam de curto ou de longo prazo. Nesse sentido, vem atuando intensamente no processo de alongamento do prazo médio da dívida da Companhia, na preservação da liquidez e no aumento da geração de caixa, complementados por esforços de monetização de ativos não operacionais. Adicionalmente, os custos do estoque de cobre da Companhia são atrelados ao dólar norte americano, mas estão convertidos pela sua taxa de câmbio histórica (R\$ 3,78/USD) que é inferior à taxa PTAX (R\$ 3,90/USD) de fechamento do mês, usada para marcar a mercado os passivos dolarizados. Esse estoque será vendido pela taxa de câmbio de mercado corrigindo a distorção no balanço gerada pela variação cambial do passivo sem a contrapartida do ativo.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas na BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas nas respectivas datas abaixo:

Controladas		2015	2014
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda	Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	99,99%	99,99%
Caraíba Incorporated Ltd.	Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda.	Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins. Atualmente a empresa não está operacional.	99,98%	99,98%
PMA Minerals Ltda	Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de direitos de mineração, venda e atuação como intermediária para terceiros na venda de produtos minerais, distribuição, comercialização e industrialização de produtos. Atualmente a empresa não está operacional.	99,90%	99,90%
PMA Empreend. Imobiliários Ltda	Empresa extinta em 02/12/2015.	-	99,90%
Paranapanema Netherlands B.V.	Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014. Atualmente a empresa não está operacional.	100,00%	100,00%
Rio Negro Mineração e Com Ltda	Empresa com sede na cidade de São André, São Paulo, constituída em 30 de julho de 1974. Atualmente a empresa não está operacional	99,99%	99,99%

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) em observância à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), considerando as alterações introduzidas através das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e, também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Paranapanema, foram elaboradas de acordo com o BR GAAP, apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras separadas em IFRS, eliminando a diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas Demonstrações Financeiras Individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Individuais da Paranapanema (Controladora) estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2016.

B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em dólares Norte-Americanos por meio do resultado.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 17 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 26 - Instrumentos Financeiros Derivativos.

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

A) Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo Paranaapanema e contraparte, quando apropriado.

B) Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são

estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

C) Estoque de metal

Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares americanos dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido.

D) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando indicado.

A) Base de consolidação

***i.* Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controladas são incluídas nas demonstrações financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras Individuais da controladora, as informações financeiras de Controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

***ii.* Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no Exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva; ou
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que

seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

C.1.1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros, cujo vencimento é igual ou inferior a três meses, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Paranapanema e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras e recebíveis são medidas pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

O contas a receber de clientes do mercado interno e externo estão ajustados a valor presente pela CDI e pela Libor, respectivamente. O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas Controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial, avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 06.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancário a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Paranapanema e suas Controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

- **Hedges de fluxos de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da

variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

- **Derivativos embutidos separáveis**

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

- **Hedges de Valor Justo**

Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Parapanema.

- **Outros derivativos não mantidos para negociação**

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

C.4.2) Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital.

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes a ganhos ou perdas decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

iii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iv. Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	40 anos
• Aterro industrial	4 anos
• Máquinas e equipamentos	3-12 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual foram revisados em 31 de dezembro de 2015 (veja nota explicativa 12.3).

F) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

G) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não efetuamos testes de redução ao valor recuperável (*impairment*).

H) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

h.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

i. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda de valor é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado.

h.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. . Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

J) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da

receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

K) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como “outras receitas” em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “outras receitas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

L) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em Controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

M) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Paranapanema possui decisão judicial transitada em julgado na Ação Declaratória nº 90.0003147-8 que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas Controladas.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em Controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

N) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício de cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

P) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Companhia para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

Q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios a serem iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Paranapanema e suas Controladas estão mencionadas abaixo:

A norma IFRS 9 *Financial Instruments* - (Instrumentos Financeiros), A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo

modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e a reversão do reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia acredita que possivelmente não sofrerá efeito significativo como resultado de sua adoção, com eventual possibilidade de melhor refletir suas estratégias econômicas de *hedge* em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes). A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera efeitos materiais sobre as Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e suas Controladas.

- Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRS’s de 2012-2014
- Iniciativa de Divulgação (alteração do CPC 26/IAS 1)

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos		123.626	27.082	129.188	32.069
Aplicações financeiras	5.1	-	111.239	-	112.011
Cambiais recebidas (a)		124.525	132.792	124.525	132.792
Caixa e equivalentes de caixa		248.151	271.113	253.713	276.872
Aplicações financeiras	5.2	405.690	761.314	405.690	771.005
Aplicações financeiras		405.690	761.314	405.690	771.005
		653.841	1.032.427	659.403	1.047.877
Aplicações financeiras ativo circulante		377.065	689.841	377.065	699.532
Aplicações financeiras ativo não-circulante		28.625	71.473	28.625	71.473

- (a) Referem-se a operações recebidas de clientes no Exterior, aguardando fechamento de câmbio, ou baixas de algum financiamento vinculado à exportação ou o momento em que a Companhia e suas Controladas tiverem necessidade de caixa ou alguma operação de compra na mesma moeda externa.

5.1 Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2014, eram remuneradas em média a 101,12% do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo, em contrapartida do resultado.

5.2 Demais aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,03% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (101,12% em 31 de dezembro 2014) no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 223.394 (R\$ 162.296 em 31 de dezembro de 2014) de aplicações financeiras dadas em garantia de operação de compra de energia no mercado livre, cartão de crédito e em garantia a fiança bancária.

A Companhia, seguindo sua política de aplicação de recursos, mantém suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e em títulos públicos federais em instituições financeiras nas quais se avalia que sejam de primeira linha, de acordo com o *rating* divulgado pelas principais agências de risco.

06. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cientes no país:				
<i>Terceiros</i>	97.540	143.067	197.800	229.801
<i>Ajuste a valor presente Terceiros</i>	(567)	(1.181)	(1.379)	(1.584)
<i>Partes Relacionadas (Nota 11.c)</i>	171.511	180.433	-	-
<i>AVP Partes Relacionadas (Nota 11.c)</i>	(177)	(377)	-	-
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>	(24.436)	(24.002)	(40.275)	(29.709)
Cientes no exterior:				
<i>Terceiros</i>	455.606	267.778	455.606	267.778
<i>Ajuste a valor presente</i>	(879)	(211)	(879)	(211)
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>	(3.349)	-	(3.349)	-
	695.249	565.507	607.524	466.075
Ativo circulante	692.772	563.651	604.770	463.778
Ativo não-circulante	2.477	1.856	2.754	2.297

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>A vencer mais de 120 dias</i>	3.516	7.040	3.856	8.886
<i>A vencer de 91 a 120 dias</i>	11.605	6.121	24.883	6.140
<i>A vencer de 61 a 90 dias</i>	7.873	24.854	14.209	24.867
<i>A vencer de 31 a 60 dias</i>	75.065	45.320	81.899	52.474
<i>A vencer até 30 dias</i>	435.148	481.115	427.008	372.123
<i>Vencidas até 30 dias</i>	148.330	3.908	34.068	4.100
<i>Vencidas de 31 a 60 dias</i>	1.893	2.213	2.541	2.572
<i>Vencidas de 61 a 90 dias</i>	1.381	2	1.406	3
<i>Vencidas de 91 a 120 dias</i>	5.664	-	5.679	-
<i>Vencidas há mais de 120 dias</i>	6.388	722	14.223	722
	696.863	571.295	609.772	471.887
<i>Ajuste a valor presente</i>	(1.623)	(1.769)	(2.258)	(1.795)
<i>Outros</i>	9	(4.019)	10	(4.017)
	695.249	565.507	607.524	466.075
Ativo circulante	692.772	563.651	604.770	463.778
Ativo não-circulante	2.477	1.856	2.754	2.297

6.1 A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento do contas a receber. Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para monitoramento de créditos e duplicatas vencidas. A Companhia constitui provisões para perda estimada como forma de redução do valor recuperável do contas a receber sempre que identifica evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(24.002)	(29.709)
Reversões do exercício	-	2.294
Provisões do período	(5.885)	(18.311)
Realizados	2.102	2.102
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(27.785)	(43.624)

O saldo da perda estimada do contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas há mais de 60 dias e duplicatas com evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado, exceto quando há garantias ou adiantamentos em aberto. O aumento da provisão no período refere-se ao pedido de recuperação judicial de cliente da controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. A despesa com a constituição da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

07. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Matérias-primas</i>	649.084	640.979	649.084	640.979
<i>Produtos em processo</i>	505.739	316.055	505.739	316.055
<i>Produtos acabados</i>	242.978	255.805	242.978	255.805
<i>Adiantamentos a fornecedores p/compra MP</i>	32.898	889	32.898	889
<i>Materiais de manutenção e outros</i>	31.862	18.784	31.862	18.784
<i>Materiais para revenda</i>	3.526	2.183	27.565	12.416
<i>Matéria prima em trânsito</i>	5.838	14.394	5.838	17.024
<i>Importações em andamento</i>	47	108.674	47	108.674
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>	(251)	(377)	(251)	(377)
	1.471.721	1.357.386	1.495.760	1.370.249

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide nota 26.6c), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio histórica.

A constituição ou reversão de perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”. A perda estimada é constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 5 anos. Em 2015 houve reversão da provisão no valor de R\$ 126. Não houve provisão ou reversão para perda dos estoques no ano de 2014.

08. Impostos e contribuições a recuperar

Controladora					
	Notas	2015		2014	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
<i>Imposto s/circulação de mercad. e serviços-ICMS</i>	(a)	64.861	39.571	55.791	-
<i>Imposto de renda e contrib. social a ser restituído</i>	(b)	17	39.441	15	38.841
<i>Reintegra</i>	(c)	34.778	1.281	-	69.414
<i>Taxa de licença de importação</i>	(d)	-	29.544	-	29.544
<i>Impostos sobre ativo imobilizado a creditar</i>		10.039	16.877	7.604	2.916
<i>Imposto de renda e contrib. social antecipados</i>		22.905	-	931	-
<i>Contr. p/financ. da seguridade social-COFINS</i>	(e)	21.955	-	14.371	1.692
<i>Contr. p/financ. seguridade social-COFINS-Export.</i>	(e)	11.685	4.985	21.145	67.768
<i>Imposto de renda retido na fonte-IRRF</i>		11.024	-	4.684	-
<i>Programa de integração social-PIS</i>	(e)	4.441	1.634	15.652	1.581
<i>Programa de integração social-PIS - Exportação</i>	(e)	5.573	-	10.663	3.171
<i>Impostos sobre produtos industrializados-IPI</i>		2.072	271	1.388	271
<i>Outros</i>		487	-	457	-
<i>Imposto sobre operações financeiras-IOF</i>	(f)	-	-	-	23.311
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>	(g)	-	(4.196)	-	(4.196)
		189.837	129.408	132.701	234.313

Consolidado					
	Notas	2015		2014	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
<i>Imposto s/circulação de mercad. e serviços-ICMS</i>	(a)	66.482	39.571	56.685	-
<i>Imposto de renda e contrib. social a ser restituído</i>	(b)	291	40.753	1.200	38.841
<i>Reintegra</i>	(c)	34.778	1.281	-	69.414
<i>Taxa de licença de importação</i>	(d)	-	29.544	-	29.544
<i>Impostos sobre ativo imobilizado a creditar</i>		10.039	16.877	7.604	2.916
<i>Imposto de renda e contrib. social antecipados</i>		23.533	101	1.133	-
<i>Contr. p/financ. da seguridade social-COFINS</i>	(e)	23.236	-	14.627	1.692
<i>Contr. p/financ. seguridade social-COFINS-Export.</i>	(e)	11.685	4.985	21.145	67.768
<i>Imposto de renda retido na fonte-IRRF</i>		11.167	-	5.740	-
<i>Programa de integração social-PIS</i>	(e)	4.744	1.634	15.707	1.581
<i>Programa de integração social-PIS - Exportação</i>	(e)	5.573	-	10.663	3.171
<i>Impostos sobre produtos industrializados-IPI</i>		2.072	271	1.388	271
<i>Outros</i>		487	-	457	-
<i>Imposto sobre operações financeiras-IOF</i>	(f)	-	-	-	23.311
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>	(g)	-	(4.196)	-	(4.196)
		194.087	130.821	136.349	234.313

- a) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.
- b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante, a Companhia já efetuou o pedido de restituição com processo administrativo, no montante de R\$ 27.075 e aguarda homologação da Receita Federal para compensar ou restituir o valor. Os valores restantes de R\$ 12.366 terão os pedidos elaborados em 2016.
- c) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 12.844/2013. A movimentação no período se deve principalmente pela monetização de R\$ 46.555 efetivada em dezembro de 2015 referente ressarcimento de créditos de anos anteriores.
- d) Restituição de valores referente à taxa de licença de importação, com a ação de repetição de indébito movida contra a União Federal. Atualmente, os autos estão na fase de cumprimento de sentença.
- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade. Os créditos remanescentes vem sendo contabilizados mediante sua compensação com outros tributos federais.
- f) Em 15 de maio de 2000, a Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema em 2009, obteve sentença definitiva confirmando a restituição dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, a título de IOF sobre os seus ativos financeiros, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor). A Companhia obteve êxito definitivo no julgamento do mérito que reconheceu o direito creditório. Em 20 de maio de 2015, foi expedido precatório, sendo o valor reclassificado para a linha de "Outros ativos não circulante" (nota 09.b).

- g) Constituição de provisão para perda de Impostos a restituir referente a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003, que, após análise pela Receita Federal do Brasil, foi objeto de glosa, sob a alegação de que não houve pagamento das estimativas mensais em razão da não homologação das compensações administrativas. A Companhia ingressou com Ação Declaratória para se ver ressarcida dos valores e aguarda decisão definitiva do processo em questão. Os consultores jurídicos da Companhia classificaram o processo como remoto para fins de obtenção de êxito no pleito.

A Administração estima que a projeção de resultados tributáveis futuros indica que a controladora e sua controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

A Paranapanema, através de assessores jurídicos especializados, vem realizando diversas ações para a monetização ou compensação do saldo credor envolvendo, principalmente, PIS/COFINS, ICMS e Reintegra.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

9.1 Demais contas a receber

		Controladora			
		2015		2014	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
<i>Semasa</i>	(a)	-	45.781	-	45.781
<i>Precatórios federais</i>	(b)	-	31.469	-	5.539
<i>Precatórios municipais</i>	(c)	-	27.056	-	7.049
<i>Prefeitura Manaus</i>	(d)	-	8.924	-	17.420
<i>Recuperação Plano Coletivo Brasilprev</i>	(e)	4.374	-	5.265	-
<i>Adiantamentos a funcionários</i>		1.772	-	1.230	-
<i>Contas a receber de seguros</i>	(f)	1.587	-	-	-
<i>Outras</i>		830	678	2.834	567
<i>Valor a receber Alienação Cibrafértil</i>		997	-	1.053	-
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>		432	-	1.225	-
<i>Desapropriação</i>		-	-	1.035	2.140
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>		(244)	-	(294)	-
		9.748	113.908	12.348	78.496

Consolidado					
	Notas	2015		2014	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
<i>Semasa</i>	(a)	-	45.781	-	45.781
<i>Precatórios federais</i>	(b)	-	31.469	-	5.539
<i>Precatórios municipais</i>	(c)	-	27.056	-	7.049
<i>Prefeitura Manaus</i>	(d)	-	8.924	-	17.420
<i>Recuperação Plano Coletivo Brasilprev</i>	(e)	4.374	-	5.265	-
<i>Adiantamentos a funcionários</i>		2.371	-	-	-
<i>Contas a receber de seguros</i>	(f)	1.788	-	1.234	-
<i>Outras</i>		867	678	2.834	567
<i>Valor a receber Alienação Cibrafértil</i>		997	-	1.053	-
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>		432	-	134	-
<i>Desapropriação</i>		-	-	1.035	2.140
<i>Perda estimada do valor recuperável</i>		(242)	-	(292)	-
		10.587	113.908	11.263	78.496

- a) Valor referente à ação movida contra o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André-SEMASA, para extinguir prospectivamente a cobrança indevida da taxa de coleta de esgoto das suas unidades de Utinga e Capuava e cobrar a devolução do valor pago nos últimos 20 anos, em dobro. Foi iniciada a execução provisória em outubro de 2014. O saldo em dezembro de 2015, no montante de R\$ 45.781, refere-se a R\$ 10.684 de valor principal da ação (Nota 22) e os juros e atualização monetária de R\$ 35.097 (Nota 23).
- b) A movimentação no período refere-se ao precatório do IOF sobre os seus ativos financeiros dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor) no montante de R\$ 23.377.
- c) A movimentação no período refere-se à conversão do processo contra o Município de Manaus em precatórios a ser recebido a partir de 2017, no montante de R\$ 16.212.
- d) Valor referente à Ação Ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município. Está pendente decisão relativa aos recursos interpostos pelo município, que contesta a forma de atualização dos valores devidos a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 havia dois processos que totalizavam R\$ 17.420, sendo o principal de R\$ 4.741 (Nota 22) e os juros e atualização monetária de R\$ 12.679 (Nota 23). Em 2015 houve decisão para a conversão de um dos processos em precatório no valor total de R\$ 16.212 e correção monetária de R\$ 7.717 (Nota 23). Em 31 de dezembro de 2015, o valor da ação totalizava R\$ 8.924, sendo R\$ 2.429 o valor principal da ação e os juros e atualização monetária de R\$ 6.495.

- e) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia conforme critérios descritos na nota explicativa 29.

No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.

- f) Corresponde ao saldo a receber junto às seguradoras Tokio Marine (apólice 9600000000201) e Bradesco (apólice 980220000013), relativo às indenizações de seguros em decorrência de sinistros ocorridos em Utinga, pelo incêndio na fundição da linha *Cast&Roll* (tubos sem costura), e na Bahia, pelo sinistro de transporte nacional de matéria-prima.

9.2 Depósitos Judiciais

	Controladora / Consolidado	
	2015	2014
<i>Trabalhista</i>	23.843	22.082
<i>Tributário</i>	12.753	13.876
<i>Previdenciário</i>	4.402	4.060
<i>Precatórios</i>	3.734	3.734
<i>Outros</i>	1.502	1.637
<i>Cível</i>	1.080	2.793
Ativo não-circulante	47.314	48.182

10. Ativos não correntes à venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$ 110.209 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 14.670 em 31 de dezembro de 2014), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização. Este grupo de ativos inclui imóveis oriundos de determinação judicial decorrentes de recuperação de clientes inadimplentes e imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. Em maio de 2015, foi assinado, com o Brasil Plural S.A Banco Múltiplo, contrato para a realização de assessoria estratégico-financeira relacionada à venda dos imóveis classificados como ativos mantidos para venda.

11. Investimentos e partes relacionadas

a) Demonstrações Financeiras resumidas dos investimentos em 31 de dezembro de 2015

	Notas	Saldo de investimentos		Equivalência patrimonial		Informações financeiras resumidas				Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado Acumulado
		2015	2014	2015	2014	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante				
Empresas													
<i>Paraibuna Agropec. Ltda.</i>		598	598	-	-	-	804	206	-	6.400	598	-	-
<i>PINC - Paranapanema (USA) Inc.</i>		-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	(11)
<i>PMA Imp. e Exp. Ltda.</i>		-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
<i>CINC - Caraíba Incorporated Ltda..</i>		1.885	153	1.660	60	2.180	-	295	-	4	1.885	73.829	1.678
<i>CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda</i>	(a.1.)	-	9.434	(9.434)	654	153.805	18.124	174.738	9	22.000	(2.817)	2.097.681	(12.251)
		2.483	10.185	(7.774)	700	155.985	18.928	175.239	9	28.404	(334)	2.171.510	(10.587)

- a.1) A controlada CDPC apresentava patrimônio líquido negativo, em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 2.817. O referido valor está classificado na rubrica de Provisão para patrimônio líquido negativo no grupo de exigíveis a longo prazo, com contrapartida na rubrica de outros resultados operacionais.

b) Movimentação de investimentos da empresa controladora

	Paraibuna Agropec. Ltda.	CINC - Caraiba International	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	2015 Total	2014 Total
<i>No início do período</i>	598	153	9.434	10.185	9.787
<i>Variação cambial de investimento no exterior</i>	-	72	-	72	5
<i>Equivalência patrimonial</i>	-	1.660	(9.434)	(7.774)	700
<i>Operação descontinuada</i>	-	-	-	-	(307)
No fim do período	598	1.885	-	2.483	10.185

c) Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

Controladas diretas	Ativo circulante	Passivo circulante	Vendas de mercadorias e serviços	Compras de mercadorias e serviços
Contas a receber / pagar				
<i>CDPC - Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.</i>	171.305	37.498	2.088.277	(497.847)
<i>Paraibuna Agropecuária Ltda.</i>	206	-	-	-
<i>Ajuste a valor presente - CDPC</i>	(177)	(45)	-	-
Total em 31 de dezembro de 2015	171.334	37.453	2.088.277	(497.847)
<i>Total em 31 de dezembro de 2014</i>	<i>180.056</i>	<i>72.801</i>	<i>2.565.300</i>	<i>(806.488)</i>

d) Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como “Pessoal Chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

Remuneração total da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal nos períodos findo em 31 de dezembro:

	2015				2014			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa (em R\$)	4.111	2.069	823	7.003	5.772	1.913	874	8.559
<i>Salário ou pró-labore</i>	3.131	1.724	686	5.541	4.035	1.589	728	6352
<i>Benefícios</i>	354	-	-	354	929	6	-	935
<i>Encargos sociais</i>	626	345	137	1.108	808	318	146	1.272
Remuneração Variável (em R\$)	3.878	-	-	3.878	3.642	-	-	3.642
<i>Bônus (ICP)</i>	2.076	-	-	2.076	3.035	-	-	3.035
<i>Phantom Share (ILP)</i>	1.156	-	-	1.156	-	-	-	-
<i>Encargos sociais</i>	646	-	-	646	607	-	-	607
Outras Remunerações	576	-	-	576	945	-	-	945
<i>Benefício pós emprego</i>	576	-	-	576	158	-	-	158
<i>Outros</i>	-	-	-	-	787	-	-	787
Valor Total da remuneração	8.565	2.069	823	11.457	10.359	1.913	874	13.146

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

e) Negócios com Partes Relacionadas

e.1) Caixa Econômica Federal

O Conselho de Administração, em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, autorizou a Diretoria a contratar linhas de crédito, no montante de até R\$ 240.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), acionista com participação equivalente a 17,23% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui aplicações financeiras com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 30.180 e Empréstimos no valor de R\$ 247.339, sendo R\$ 200.000 de principal e R\$ 47.339 de juros mais variação cambial.

e.2) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas.

O contrato prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

12. Imobilizado e intangível

Controladora									
	Taxa média anual de depreciação - %	2014	Adições	Baixas	Transferências	Prov Perdas	Depreciação Amortização	Transferencia para Ativos mantidos para a venda	2015
IMOBILIZADO									
Terrenos		180.164	-	-	-	-	-	(60.480)	119.684
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	-	-	8.573
Benfeitorias		15.292	-	(2.255)	2.385	-	-	-	15.422
Edificações		245.988	-	(5.162)	38.678	-	-	(27.098)	252.406
Instalações		24.163	-	-	3.565	-	-	-	27.728
Máquinas e equipamentos		1.306.310	-	(18.866)	119.630	-	-	-	1.407.074
Movéis e Utensílios		29.541	12	(942)	3.846	-	-	-	32.457
Veiculos		2.036	-	(4)	-	-	-	-	2.032
Imobilizado em andamento		119.072	251.194	(78)	(174.168)	-	-	-	196.020
Impairment / Prov. Perdas		(1.172)	(6.852)	-	-	-	-	-	(8.024)
Peças Sobressalentes		50.460	11.699	-	-	(1.089)	-	-	61.070
Custo		1.980.427	256.053	(27.307)	(6.064)	(1.089)	-	(87.578)	2.114.442
Aterro Industrial	25	(8.573)	-	-	-	-	-	-	(8.573)
Benfeitorias	2,2	(6.645)	-	186	15	-	(910)	-	(7.354)
Edificações	2,2	(56.185)	-	6.522	(15)	-	(6.954)	-	(56.632)
Instalações	2,2	(7.118)	-	-	-	-	(804)	-	(7.922)
Máquinas e equipamentos	8,5	(561.807)	-	10.096	-	-	(109.460)	-	(661.171)
Movéis e Utensílios	10	(24.270)	-	866	-	-	(1.670)	-	(25.074)
Veiculos	20	(1.954)	-	4	-	-	(37)	-	(1.987)
Depreciação Acumulada		(666.552)	-	17.674	-	-	(119.835)	-	(768.713)
Total Imobilizado		1.313.875	256.053	(9.633)	(6.064)	(1.089)	(119.835)	(87.578)	1.345.729
INTANGÍVEL									
ERP/Softwares		45.834	247	(4)	6.064	-	-	-	52.141
Custo		45.834	247	(4)	6.064	-	-	-	52.141
ERP/Softwares	20	(40.844)	-	-	-	-	(2.482)	-	(43.326)
Amortização Acumulada		(40.844)	-	-	-	-	(2.482)	-	(43.326)
Total Intangível		4.990	247	(4)	6.064	-	(2.482)	-	8.815

Consolidado									
	Taxa média anual de depreciação - %	2014	Adições	Baixas	Transferências	Prov Perdas	Depreciação Amortização	Transferencia para Ativos mantidos para a venda	2015
IMOBILIZADO									
Terrenos		180.969	-	-	-	-	-	(60.480)	120.489
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	-	-	8.573
Benfeitorias		15.292	-	(2.255)	2.385	-	-	-	15.422
Edificações		245.988	-	(5.162)	38.678	-	-	(27.098)	252.406
Instalações		24.163	-	-	3.565	-	-	-	27.728
Máquinas e equipamentos		1.306.409	-	(18.866)	119.630	-	-	-	1.407.173
Movéis e Utensílios		29.607	14	(942)	3.846	-	-	-	32.525
Veículos		2.036	-	(4)	-	-	-	-	2.032
Imobilizado em andamento		119.072	251.194	(78)	(174.168)	-	-	-	196.020
Impairment / Prov. Perdas		(1.172)	(6.852)	-	-	-	-	-	(8.024)
Peças Sobressalentes		50.463	11.699	-	-	(1.089)	-	-	61.073
Custo		1.981.400	256.055	(27.307)	(6.064)	(1.089)	-	(87.578)	2.115.417
Aterro Industrial	25	(8.573)	-	-	-	-	-	-	(8.573)
Benfeitorias	2,2	(6.645)	-	186	15	-	(910)	-	(7.354)
Edificações	2,2	(56.185)	-	6.522	(15)	-	(6.954)	-	(56.632)
Instalações	2,2	(7.118)	-	-	-	-	(804)	-	(7.922)
Máquinas e equipamentos	8,5	(561.839)	-	10.096	-	-	(109.469)	-	(661.212)
Movéis e Utensílios	10	(24.328)	-	866	-	-	(1.671)	-	(25.133)
Veículos	20	(1.954)	-	4	-	-	(42)	-	(1.992)
Depreciação Acumulada		(666.642)	-	17.674	-	-	(119.850)	-	(768.818)
Total Imobilizado		1.314.758	256.055	(9.633)	(6.064)	(1.089)	(119.850)	(87.578)	1.346.599
INTANGÍVEL									
ERP/Softwares		45.834	247	(4)	6.064	-	-	-	52.141
Custo		45.834	247	(4)	6.064	-	-	-	52.141
ERP/Softwares	20	(40.844)	-	-	-	-	(2.482)	-	(43.326)
Amortização Acumulada		(40.844)	-	-	-	-	(2.482)	-	(43.326)
Total Intangível		4.990	247	(4)	6.064	-	(2.482)	-	8.815

12.1 Baixa de Imobilizado em andamento:

Refere-se a valores dispendidos em projetos descontinuados.

12.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de imobilizações em andamento, apresentadas no consolidado, era de R\$ 196.020 (R\$ 119.072 em 31 de dezembro de 2014), e estavam substancialmente representadas por:

12.2.1 A unidade de Dias d'Ávila-BA: possui saldo no montante de R\$ 94.769 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 71.302 em 31 de dezembro de 2014), referentes a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de Catodo de cobre, sendo os principais projetos: i) Manutenção e melhorias das atividades operacionais; ii) Aquisição de refratários; iii) Ampliação da bacia de lama gesso; iv) Reforma do precipitador eletrostático e v) Atualização tecnológica e expansão da fábrica.

12.2.2 A unidade de Santo André-SP possui saldo no montante de R\$ 101.251 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 46.598 em 31 de dezembro de 2014), sendo os principais projetos: i) Manutenção de tubos retos da fundição de cobre e ii) Expansão e atualização tecnológica das linhas de produção.

12.2.3 Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril, descrito no item 12.2, cuja previsão de entrada em operação é o 1º trimestre de 2016, são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, e contabilizados até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.443. (R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2014).

Todos os demais custos de empréstimos foram registrados como despesa no período em que foram incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade, relativos ao empréstimo. As taxas foram calculadas de acordo com a média dos empréstimos captados e utilizados para a aquisição do imobilizado.

12.3 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2015, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

12.4 Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, que em 31 de dezembro de 2015 totalizavam R\$ 65.937 (R\$ 65.937 em 31 de dezembro de 2014). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, que em 31 de dezembro de 2015 totalizavam R\$ 357.136 (R\$ 332.715 em 31 de dezembro de 2014).

12.5 Intangível

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2015, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

13. Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Nacionais					
<i>Mercadorias</i>		79.206	56.537	79.210	56.528
<i>Partes Relacionadas</i>	11.c	37.453	72.801	-	-
<i>Frete e Transportes</i>		31.141	15.307	32.361	17.343
<i>Serviços</i>		17.585	23.383	17.600	23.401
<i>Energia Elétrica/Água e Esgoto/Gás</i>		6.536	4.000	6.536	4.000
<i>Outros</i>		247	399	248	399
<i>Seguros</i>		173	850	173	850
<i>Ajuste a valor presente</i>		(1.067)	(98)	(1.068)	(101)
		171.274	173.179	135.060	102.420
Exterior					
<i>Mercadorias</i>		1.997.650	1.756.078	1.997.650	1.756.078
		1.997.650	1.756.078	1.997.650	1.756.078
		2.168.924	1.929.257	2.132.710	1.858.498
Passivo circulante		2.168.924	1.926.710	2.132.710	1.855.951
Passivo não-circulante		-	2.547	-	2.547

14. Empréstimos e financiamentos

		Controladora				Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo Não circulante		Passivo circulante		Passivo Não circulante	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Captados a Curto Prazo									
Financiamentos de comércio exterior -ACC	2% e 3% a.a	607.965	542.934	-	-	607.965	542.934	-	-
Conta Garantida		1	-	-	-	1	-	-	-
		607.966	542.934	-	-	607.966	542.934	-	-
Captados a Longo Prazo									
Contratados no mercado externo									
Financiamentos de importação	0,8% a 3,2% a.a.	12.344	8.109	38.081	33.597	12.344	8.109	38.081	33.597
Pré-pagamento de exportação -PPE	3% a 6% a.a.	274.065	135.133	707.745	265.620	274.065	135.133	707.745	265.620
		286.409	143.242	745.826	299.217	286.409	143.242	745.826	299.217
Contratados no mercado interno									
Financiamento de Projetos	2,5% a 12,2% a.a	18.703	12.922	39.381	43.907	18.708	12.926	39.390	43.922
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	4% a 10% a.a	48.273	48.206	131.533	168.321	48.273	48.206	131.533	168.321
Nota de crédito de exportação - NCE	8% a.a	3.299	1.815	70.000	72.500	3.299	1.815	70.000	72.500
		70.275	62.943	240.914	284.728	70.280	62.947	240.923	284.743
		964.650	749.119	986.740	583.945	964.655	749.123	986.749	583.960

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 tem o seguinte vencimento:

	Controladora	Consolidado
2017.....	635.981	635.990
2018.....	296.191	296.191
2019.....	47.653	47.653
2020.....	1.891	1.891
2021.....	1.884	1.884
2022.....	1.884	1.884
2023.....	1.256	1.256
	986.740	986.749

Abaixo segue posição de empréstimos e financiamentos demonstrados em USD mil, em que a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2015, a posição consolidada no montante de USD 499.744 (USD 247.042 no Circulante e USD 252.702 no Não Circulante), (USD 501.875 em 31 de dezembro de 2014, sendo USD 282.028 no Circulante e USD 219.847 no Não Circulante).

		Em USD Mil							
		Controladora				Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo Não circulante		Passivo circulante		Passivo Não circulante	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Captados a Curto Prazo									
Financiamentos de comércio exterior -ACC	2% e 3% a.a	155.697	204.403	-	-	155.697	204.403	-	-
		155.697	204.403	-	-	155.697	204.403	-	-
Captados a Longo Prazo									
Contratados no mercado externo									
Financiamentos de importação	0,8% a 3,2% a.a.	3.161	3.053	9.752	12.649	3.161	3.053	9.752	12.649
Pré-pagamento de exportação -PPE	3% a 6% a.a.	70.187	50.875	181.250	100.000	70.187	50.875	181.250	100.000
		73.348	53.928	191.002	112.649	73.348	53.928	191.002	112.649
Contratados no mercado interno									
Financiamento de Projetos	2,5% a 12,2% a.a	4.790	4.865	10.085	16.530	4.791	4.866	10.088	16.534
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	4% a 10% a.a	12.362	18.148	33.685	63.369	12.362	18.148	33.685	63.369
Nota de crédito de exportação - NCE	8% a.a	845	683	17.927	27.295	845	683	17.927	27.295
		17.997	23.696	61.697	107.194	17.998	23.697	61.700	107.198
		247.042	282.027	252.699	219.843	247.043	282.028	252.702	219.847

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 tem o seguinte vencimento:

	Controladora	Consolidado
2017.....	162.872	162.875
2018.....	75.853	75.853
2019.....	12.204	12.204
2020.....	484	484
2021.....	482	482
2022.....	482	482
2023.....	322	322
	252.699	252.702

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e financiamentos captados a longo prazo, denominados FINEM (BNDES), FINAME (BNDES), FNE (BNB) e FINIMP, estão garantidos por bens do ativo imobilizado. O valor líquido contábil destes ativos é de R\$ 357.136, suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos, sendo R\$ 259.035 de terrenos e instalações e R\$ 98.101 de máquinas e equipamentos.

A Companhia possui empréstimos bancários (pré-pagamentos de exportação) no montante de R\$ 981.810 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 400.753 em 31 de dezembro de 2014). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos durante os próximos 3 anos. O contrato contém *covenants* medidos trimestralmente pelo resultado acumulado do último período de 12 meses, medidos com base nos índices de dívida líquida dividida por EBITDA Ajustado, que não pode ser maior do que 3,5x; índice do ativo circulante dividido pelo passivo circulante (Liquidez Corrente), que deve ser maior ou igual a 0,85; e o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, que deve ser menor ou igual a 0,85.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* em 31 de dezembro de 2015.

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Provisões de férias</i>	24.516	23.721	24.640	23.753
<i>Participação nos resultados</i>	17.892	13.899	18.215	13.921
<i>Previdência social</i>	6.612	5.726	6.675	5.759
<i>Fundo de garantia por tempo de Serviço</i>	1.486	993	1.494	996
<i>Previdência privada</i>	494	730	494	730
<i>Outros</i>	135	33	139	33
Passivo circulante	51.135	45.102	51.657	45.192

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS</i>	4.828	10.553	4.835	10.744
<i>Imposto de renda retido na fonte - IRRF</i>	2.832	2.563	2.849	2.567
<i>Imposto sobre produtos industrializados - IPI</i>	1.647	2.355	1.647	2.355
<i>PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços</i>	1.555	326	1.556	326
<i>Imposto sobre serviços - ISS</i>	1.233	568	1.234	572
<i>Outros</i>	342	60	342	60
<i>Programa de integração social - PIS</i>	-	-	-	29
<i>Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS</i>	-	-	-	134
	12.437	16.425	12.463	16.787
Passivo circulante	11.685	16.150	11.711	16.512
Passivo não-circulante	752	275	752	275

Considerações gerais

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

17. Provisão para demandas judiciais

17.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas Controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2015	2014
<i>Tributárias</i>	5.676	-
<i>Trabalhistas</i>	168.609	175.152
<i>Cíveis</i>	2.638	18.516
Passivo não-circulante	176.923	193.668

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2014	175.152	18.516	-	193.668
<i>Provisão (Reversão)</i>	34.901	(12.042)	5.676	28.535
<i>Reversão</i>	-	-	-	-
<i>Baixas</i>	(41.444)	(3.836)	-	(45.280)
Em 31 de dezembro de 2015	168.609	2.638	5.676	176.923

17.2) Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

Os processos cujo risco é avaliado como possível estão sumarizados a seguir. Os de maior relevância são de natureza tributária e estão comentados nos itens “a” e “b”:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Trabalhistas</i>	206.102	130.222	206.102	130.222
<i>Tributárias</i>	716.002	744.440	779.075	807.056
<i>Previdenciárias</i>	21.039	20.304	21.039	20.304
<i>Cíveis</i>	283.968	306.870	283.968	306.870
	1.227.111	1.201.836	1.290.184	1.264.452

a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S. A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou quatro autos de infração relativos a fatos gerados entre 1996 e 2008, sendo que dois deles são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial, as quais foram aceitas pelo juiz competente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$ 483.096 (R\$ 466.665 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 336.942 avaliados como risco possível e R\$ 146.154 como risco remoto, de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos.

b) Multa isolada IPI e IRPJ

Trata-se de auto de infração visando a cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela Companhia.

Em 24 de agosto de 2010, a Companhia obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecida, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

Em valores históricos, a autuação foi reduzida de R\$ 78.029 para R\$ 43.215. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estima o valor em decorrência do êxito parcial nos autos, não provisionados e devidamente atualizados, em R\$ 77.530 (R\$ 70.984 em 31 de dezembro de 2014).

Tendo em vista o encerramento definitivo do Processo Administrativo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardamos a distribuição da ação de Execução Fiscal pela Fazenda Nacional para continuar a discussão no âmbito judicial.

c) Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

A Paranapanema celebrou, em 22.08.2008, Instrumento Particular de Troca de Parâmetro (Swap) com os bancos UBS Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), cujo objeto era o preço da ação da Paranapanema (os "Contratos"). Os Bancos apresentaram, em 20.04.2009, notificações à Paranapanema cobrando, relativamente aos Contratos, o valor total de R\$ 208.500, corrigidos conforme os termos dos Contratos. A Companhia entende que referido valor não é devido. Por conta desta controvérsia, em Abril de 2010, o Santander iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R\$ 292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, determinando a anulação da decisão proferida pelo CAM-CCBC. A ação anulatória está pendente de julgamento dos recursos endereçados aos Tribunais Superiores interpostos pela Paranapanema e pelo BTG Pactual. Tendo em vista a anulação da sentença arbitral, e, embora ainda haja recursos pendentes de julgamento, o Santander requereu a instalação de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander, BTG Pactual e a Companhia. Até a presente data, os desdobramentos da Arbitragem não geraram quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras, visto que ainda não é possível estimar os valores da liquidação dos pedidos apontados no requerimento de instauração da arbitragem e o seu desfecho.

17.2.1) Outros riscos não provisionados relevantes:

Massa Falida do Banco Santos

Trata-se de execução movida pela Massa Falida do Banco Santos em face da Eluma S.A. Indústria e Comércio, incorporada pela Paranapanema, na qual o Banco Santos executa dois contratos de cessão de crédito de exportação (a "Execução"). Em 2011, a Execução foi extinta, diante da inexigibilidade dos títulos, além da quitação do débito. A Massa Falida do Banco Santos apresentou recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento. Face a essa decisão, a Massa Falida do Banco Santos interpôs Recurso Especial em 16 de janeiro de 2013, que teve seguimento negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Aguardando julgamento de agravo em recurso especial, interposto pela Massa Falida do Banco Santos.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor da causa atualizado é de R\$ 275.300 (R\$ 232.049 em 31 de dezembro de 2014) avaliado como risco remoto.

18. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Adiantamentos de Clientes	(a)	264.130	111.214	265.039	111.833
Cartão de Crédito	(b)	24.309	56.080	24.309	56.080
Provisões Diversas		27.860	8.691	28.002	8.691
Comissões sobre vendas		6.400	560	6.415	560
Serviços e Honorários Advocatícios		14.530	6.968	14.530	6.968
Provisão despesas meio-ambiente	(e)	6.390	-	6.390	-
Créditos de Clientes	(c)	20.240	1.282	20.993	3.085
Dividendos a pagar	(d)	24.186	-	24.186	-
Outros		1.094	109	1.093	111
Passivo circulante		389.139	184.904	390.957	187.328

- a) Valor referente a adiantamentos de clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico, ou qualidade verificada pelo cliente.
- b) Cartão de crédito utilizado para pagamento de obrigações com fornecedores, com prazo de pagamento de até 40 dias, utilizando um limite de R\$ 100.000.
- c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- d) Dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme nota 19j.
- e) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, corresponde a R\$ 1.382.990 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), dividido em 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

	2015		2014	
	%	Ordinárias	%	Ordinárias
<i>Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI</i>	23,96%	76.468.727	23,96%	76.468.727
<i>Caixa Econômica Federal</i>	17,23%	54.990.591	17,23%	54.990.591
<i>Fund. Petrobras de Seguridade Social - PETROS</i>	11,81%	37.702.020	11,81%	37.702.020
<i>Bonsuex Holding S.A.</i>	9,01%	28.748.891	-	-
<i>EWZ Investments LLC - Socopa Soc. Corr. Paulista S.A</i>	-	-	8,35%	26.651.752
<i>Sul America Investimentos DTVM S.A.</i>	6,68%	21.309.900	6,67%	21.289.900
<i>Ações em Tesouraria</i>	0,01%	24.505	0,01%	24.505
<i>Mercado</i>	31,31%	99.932.308	31,97%	102.049.447
Quantidade de Ações		319.176.942		319.176.942

b) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

c) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto a todas as ações que compõem o capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A., os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%);

d) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha 24.505 ações em tesouraria, sendo todas ações ordinárias (24.505 em 31 de dezembro de 2014). O valor de mercado da totalidade das ações em

tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 54 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2014).

Em 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a recompra de até 12.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (Programa de Recompra), limitado ao saldo de reserva de lucros. Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos.

Até a presente data não houve aquisição de ações no contexto do Programa.

f) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

A AGO de 27 de março de 2015 autorizou a utilização do saldo de R\$ 37.713, registrado como reserva de capital em 2014, para compensação de prejuízos acumulados.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item *hedgado* quando ambos forem liquidados (veja nota explicativa nº26)
- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no Exterior.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Hedge Fluxo de Caixa				NDF Capex	Var. camb. Invest. exterior	Total
	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dívidas			
Em 31 de dezembro de 2014	(131.280)	(46.728)	(5)	(202.907)	-	7	(380.913)
Outros resultados abrangentes	(518.882)	(168.670)	32	(283.480)	569	72	(970.359)
Em 31 de dezembro de 2015	(650.162)	(215.398)	27	(486.387)	569	79	(1.351.272)

h) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BM&FBOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2015 a R\$ 705.381 (R\$ 769.216 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2015, um patrimônio líquido de R\$ 344.476 (R\$ 1.204.232 em 31 de dezembro de 2014), sendo o valor patrimonial das ações de R\$ 1,08 (R\$ 3,77 em 31 de dezembro de 2014).

i) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais *dilutivas* em ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	2015	2014
<i>Lucro atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora</i>	134.786	123.881
<i>Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico e diluído por ação (*)</i>	319.152.437	319.152.437
<i>Lucro básico e diluído por ação</i>	0,42232	0,38816

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras .

j) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. A assembléia resolverá sobre a destinação do saldo da reserva de lucros excendentes à parcela do dividendo mínimo que poderá ser destinada para: retenção de lucros, aumento de capital ou pagamento de dividendos adicionais.

	2015
Lucro Líquido do exercício	134.786
Compensação prejuízos acumulados	(32.949)
Lucro Líquido do Exercício após compensar prejuízos	101.837
Reserva legal 5%	(5.092)
Saldo do Lucro a distribuir	96.745
Dividendos mínimo obrigatório a distribuir 25%	(24.186)
Reserva de lucros (a deliberar)	72.559

20. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas	6.704.276	6.126.515	6.183.378	5.380.605
<i>Mercado interno</i>	3.373.282	4.563.937	2.780.465	3.572.276
<i>Mercado externo</i>	3.330.994	1.562.578	3.402.913	1.808.329
Impostos e Deduções de Vendas	(913.480)	(845.955)	(809.110)	(646.246)
<i>Imposto sobre produtos industrializados – IPI</i>	(18.090)	(27.494)	(18.090)	(27.494)
<i>Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS</i>	(230.250)	(286.065)	(162.569)	(164.943)
<i>Programa de integração social - PIS</i>	(56.190)	(71.298)	(46.564)	(34.664)
<i>Contrib. financ. da seguridade social - COFINS</i>	(258.815)	(328.402)	(214.476)	(272.339)
<i>Demais deduções sobre vendas</i>	(350.135)	(132.696)	(367.411)	(146.806)
Receita líquida de vendas	5.790.796	5.280.560	5.374.268	4.734.359
Receita líquida de vendas				
Receita Líquida MI	2.712.621	3.759.341	2.224.174	2.967.389
Receita Líquida ME	3.078.175	1.521.219	3.150.094	1.766.970
	5.790.796	5.280.560	5.374.268	4.734.359

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no Exterior

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<i>Suíça</i>	(i)	946.569	739.780	1.018.488	985.531
<i>Argentina</i>		516.727	384.417	516.727	384.417
<i>Cingapura</i>		482.810	4.345	482.810	4.345
<i>Grã-Bretanha (Reino Unido, UK)</i>		458.181	34.856	458.181	34.856
<i>Bélgica</i>		323.641	19.147	323.641	19.147
<i>Japão</i>		249.367	152.304	249.367	152.304
<i>Estados Unidos</i>		167.018	58.616	167.018	58.616
<i>Coréia do Sul</i>		42.222	1.119	42.222	1.119
<i>Uruguai</i>		32.567	23.393	32.567	23.393
<i>China</i>		29.276	33.502	29.276	33.502
<i>Outros América</i>		49.276	81.446	49.276	81.446
<i>Outros Ásia</i>		19.682	15.209	19.682	15.209
<i>Outros Europa</i>		12.941	14.444	12.941	14.444
<i>Outros África</i>		717	-	717	-
		3.330.994	1.562.578	3.402.913	1.808.329

(i) Basicamente representado pelas exportações às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino final foi a China.

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Custo do Metal</i>	(4.786.527)	(4.367.287)	(4.337.613)	(3.797.550)
<i>Pessoal</i>	(201.165)	(201.817)	(204.885)	(202.283)
<i>Benefícios</i>	(37.402)	(37.038)	(37.541)	(37.133)
<i>Serviços de terceiros</i>	(126.077)	(113.321)	(130.497)	(117.600)
<i>Assuntos instit. e legais</i>	(9.865)	(8.220)	(9.893)	(8.268)
<i>Manutenção</i>	(92.498)	(60.846)	(92.598)	(60.906)
<i>Estoque de Insumos utilizados/absorvidos</i>	8.907	23.353	(747)	26.438
<i>Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif</i>	(129.540)	(106.620)	(129.628)	(106.702)
<i>Informática/Telecomunicação</i>	(6.606)	(6.647)	(6.705)	(6.761)
<i>Despesas de viagem</i>	(3.762)	(2.864)	(3.783)	(2.863)
<i>Vendas e marketing</i>	(8.107)	(343)	(8.107)	(343)
<i>Aluguéis</i>	(30.894)	(17.471)	(31.825)	(18.191)
<i>Outras despesas</i>	(5.582)	(4.121)	(5.605)	(4.146)
<i>Transferência de ociosidade para despesa</i>	31.849	2.957	31.849	2.957
<i>Depreciação</i>	(119.572)	(116.951)	(119.587)	(116.971)
	(5.516.841)	(5.017.236)	(5.087.165)	(4.450.322)
<i>Custo dos produtos vendidos</i>	(5.399.270)	(4.919.141)	(4.963.053)	(4.350.184)
<i>Despesas comerciais</i>	(35.445)	(28.588)	(39.070)	(30.182)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(82.126)	(69.507)	(85.042)	(69.956)
	(5.516.841)	(5.017.236)	(5.087.165)	(4.450.322)

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita de venda de energia		9.553	-	9.553	-
Provisão indenização seguros	(a)	7.137	-	7.137	-
Recuperações diversas		6.043	3.272	6.043	3.783
Recuperações de impostos		4.857	7.673	4.857	7.673
Outras receitas operacionais		2.738	9.235	2.744	9.236
Reversão de outras perdas estimadas		2.226	1.920	2.226	1.920
Vendas diversas		1.183	1.760	1.183	1.760
Lucros e Dividendos		244	121	244	121
Reversão de provisão material obsoleto	07	126	-	126	-
Locação de imóveis e equiptos.		83	-	83	-
Vendas de ativo imobilizado		-	4.179	-	4.179
Recuperação reserva Plano Coletivo Brasilprev		-	6.055	-	6.055
Reversão de provisão demandas judiciais	17.1	-	43.621	-	43.621
Reversão perda créditos de liquid. duvidosa	06	-	9.534	2.294	10.008
Refis - Lei 11/941/09	17.1	-	1.246	-	1.246
Processo SEMASA	09.c	-	10.684	-	10.684
Processo Pref Manaus	09.d	-	4.741	-	4.741
Total de outras receitas operacionais		34.190	104.041	36.490	105.027
Ociosidade		(36.156)	(2.957)	(36.156)	(2.957)
Provisão para demandas judiciais	17.1	(28.535)	(85.609)	(28.535)	(85.609)
Indenizações trabalhistas		(16.329)	(15.877)	(16.354)	(15.889)
Provisão de Honorários de Êxito		(11.470)	(15.374)	(11.470)	(15.374)
Custo ativo imobilizado baixado		(9.637)	(4.502)	(9.637)	(4.502)
Outras perdas estimadas		(9.035)	(3.505)	(9.035)	(3.505)
Provisão despesas meio-ambiente		(6.390)	-	(6.390)	-
Provisão perda créditos de liquid. duvidosa	06	(5.885)	(5.762)	(18.311)	(5.762)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(5.093)	(1.868)	(5.628)	(1.911)
Custo das vendas diversas		(3.514)	(1.785)	(3.514)	(1.785)
PL negativo de controlada		(2.817)	-	-	-
Depreciação de bens Inativos		(2.745)	(3.930)	(2.745)	(3.930)
Perda estimada material obsoleto	12	(1.089)	-	(1.089)	-
Outras despesas operacionais		(1.024)	(4.167)	(1.039)	(4.169)
Multas por auto de infração		(359)	(262)	(362)	(260)
Contribuições e doações		(91)	(260)	(91)	(260)
Indenizações trabalhistas linhas prod. desativadas		-	(56.427)	-	(56.427)
Refis - Lei 11/941/09	17.1	-	(2.201)	-	(2.201)
Programas culturais		-	(88)	-	(88)
Descontinuidade de Projeto		-	(26.790)	-	(26.790)
Total de outras despesas operacionais		(140.169)	(231.364)	(150.356)	(231.419)
Total de outras despesas operacionais, líquidas		(105.979)	(127.323)	(113.866)	(126.392)

a) Valor referente à indenização de seguros de ativos baixados em decorrência do incêndio no forno da fábrica *Cast&Roll*, estando o processo em regulação junto à companhia de seguro, tendo a companhia recebido, até o presente momento, a quantia de R\$ 5.800 a título de adiantamento.

23. Receitas (despesas) financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<i>Variação cambial passiva</i>	a	(1.167.031)	(273.854)	(1.167.031)	(273.854)
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	b	(586.425)	(186.485)	(587.004)	(187.770)
<i>Despesa de juros</i>		(87.621)	(82.534)	(108.023)	(109.831)
<i>Hedge de valor justo de estoques</i>		(52.822)	(63.147)	(52.822)	(63.147)
<i>Ajuste a valor presente</i>		(40.636)	(32.835)	(61.993)	(54.537)
<i>Despesas bancárias / IOF</i>		(24.517)	(14.589)	(24.671)	(14.641)
<i>Outras despesas financeiras</i>		(1.614)	(3.074)	(1.791)	(4.175)
<i>Variação monetária passiva</i>		(1.489)	(915)	(1.489)	(915)
Total das despesas financeiras		(1.962.155)	(657.433)	(2.004.824)	(708.870)
<i>Variação cambial ativa</i>	a	1.077.084	309.841	1.077.084	309.841
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	b	639.570	70.131	639.576	70.131
<i>Hedge de valor justo de estoques</i>		140.411	92.817	140.411	92.817
<i>Receita de juros</i>		90.505	103.355	92.800	108.547
<i>Ajuste a valor presente</i>		35.705	37.604	56.935	61.727
<i>Variação monetária ativa</i>		10.586	1.516	10.586	1.516
<i>Receita Processo Pref Manaus</i>	09-d	7.717	12.679	7.717	12.679
<i>Outras receitas financeiras</i>		7.645	18.343	7.789	19.932
<i>Marcação a Mercado dos Estoques-receita não realizada</i>		-	18.248	-	18.248
<i>Receita Processo SEMASA</i>	09-c	-	35.097	-	35.097
Total das receitas financeiras		2.009.223	699.631	2.032.898	730.535
Total resultado financeiro		47.068	42.198	28.074	21.665

- (a) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em USD, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. Apesar disso, o resultado consolidado da variação cambial da Companhia está neutralizado, conforme abaixo demonstrado:

	Controladora/Consolidado	
	2015	2014
<i>Variação cambial passiva</i>	(1.167.031)	(273.854)
<i>Variação cambial ativa</i>	1.077.084	309.841
<i>Efeito líquido da variação cambial</i>	(89.947)	35.987

- (b) Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	(586.425)	(186.485)	(587.004)	(187.770)
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>	639.570	70.131	639.576	70.131
<i>Efeito líquido dos instrumentos financeiros derivativos</i>	53.145	(116.354)	52.572	(117.639)

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

24.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2015			2014		
	Paranapanema S/A	CDPC - Centro de Distrib. de Prod. de Cobre Ltda.	Total	Paranapanema S/A	CDPC - Centro de Distrib. de Prod. de Cobre Ltda.	Total
<i>Créditos sobre prejuízos fiscais</i>	177.989	10.489	188.478	86.446	7.804	94.250
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	(80.160)	-	(80.160)	(84.090)	-	(84.090)
<i>Créditos sobre diferenças temporárias:</i>						
- <i>Créditos sobre provisões</i>	(63.476)	5.879	(57.597)	74.988	2.253	77.241
Ativo não-circulante	34.353	16.368	50.721	77.344	10.057	87.401

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 742.802 (R\$ 368.740 em 31 de dezembro de 2014), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui registrados, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

Decorrentes de diferenças temporárias	Consolidado	
	2015	2014
<i>Variações cambiais líquidas</i>	(536.773)	1.263
<i>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</i>	43.624	29.709
<i>Perda estimada valor recuperável dos estoques</i>	9.901	20.508
<i>Perdas estimadas diversas</i>	18.073	37.099
<i>Provisões instrumentos financeiros e outros</i>	43.191	8.716
<i>Provisão para demandas judiciais</i>	176.923	193.668
<i>Reversões diversas</i>	-	-
<i>Participação de administradores e outros</i>	7.260	13.921
<i>Provisão ajuste valor presente</i>	1.190	1.695
Total Provisões (reversões)	(236.611)	306.579
Base Controladora	(253.902)	299.953
<i>Alíquota IR</i>	25%	25%
<i>IR s/ diferenças temporárias</i>	(63.476)	74.988
Base Coligadas	17.291	6.626
<i>Alíquota IR / CSL</i>	34%	34%
<i>IR/CSL s/ diferenças temporárias</i>	5.879	2.253
<i>IR/CSL s/ diferenças temporárias</i>	(57.597)	77.241

A Paranapanema e sua Controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., fundamentadas nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2015 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários

sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Paranapanema estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2015	-	51.019	-	50.994
2016	54.527	54.527	54.527	54.527
2017	30.261	30.261	30.261	30.261
2018 a 2022	29.725	25.627	46.093	35.709
	114.513	161.434	130.881	171.491

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Paranapanema tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2020.

Os benefícios de Imposto de Renda da Paranapanema estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

24.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda	177.778	147.922	171.467	148.261
<i>Aliquota fiscal nominal combinada</i>	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
<i>Imposto de renda sobre lucro</i>	(44.444)	(36.980)	(43.282)	(37.318)
<i>Adições permanentes</i>	(4.996)	4.087	(4.996)	4.088
<i>Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)</i>	3.939	(3.846)	3.939	(3.846)
<i>(Reversão) Provisão para crédito de liquidação duvidosa</i>	946	(948)	4.391	(1.109)
<i>Provisão (Reversão) para demandas judiciais</i>	(4.186)	3.512	(4.186)	3.512
<i>Outras provisões dedutíveis</i>	(1.418)	(4.578)	(1.237)	(4.136)
<i>Variação cambial líquida (regime caixa)</i>	(134.509)	20.411	(134.509)	20.411
<i>Ajustes da Lei 11.638/07</i>	-	23	-	89
<i>Patrimônio líquido negativo</i>	704	-	-	-
<i>Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores</i>	-	5.496	-	5.496
<i>Isenção de lucro da exploração</i>	-	10.553	-	10.553
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social</i>	137.041	(25.161)	139.268	(25.497)
<i>Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação</i>	3.931	3.936	3.931	3.936
<i>Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior</i>	-	(878)	-	(880)
<i>Outros</i>	-	332	-	321
(Despesa) Crédito de imposto de renda corrente	(42.992)	(24.042)	(36.681)	(24.380)
<i>Imposto de renda do exercício corrente</i>	-	(1.939)	-	(1.939)
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias</i>	(46.922)	(25.161)	(40.611)	(25.408)
<i>Contribuição social diferida</i>	-	-	-	(89)
<i>Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação</i>	3.930	3.936	3.930	3.936
Impostos Diferidos	(42.992)	(23.164)	(36.681)	(23.500)
<i>Reversão de imposto de renda diferido do exercício anterior</i>	-	(877)	-	(880)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social	(42.992)	(24.041)	(36.681)	(24.380)
Taxa efetiva total	-24,18%	-16,25%	-21,39%	-16,44%
<i>Taxa efetiva corrente</i>	0,00%	-1,31%	0,00%	-1,31%

25. Segmentos operacionais

A Paranapanema atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

Os principais produtos que compõem este segmento são: Catodo, Vergalhão, Fio Trefilado, Tubos e Conexões, Laminados, Arames, Barras e Perfis, Cabos Flexíveis, Ácido Sulfúrico, Escória Granulada e Oleum.

26. Instrumentos financeiros

1) Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem Controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

2) Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da BM&FBovespa (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association (Libor)* e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e BM&FBovespa. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

3) Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra ou venda de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 38/AG30, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos ou ativos financeiros não estão intimamente relacionados com o

instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hóspede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de Concentrado de Cobre e contratos de venda de Produtos de Cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

4) Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em três categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos mensurados pelo método do custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

					Controladora	
					Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2015	2015
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	248.151	-	248.151	248.151
Aplicações financeiras	05	-	405.690	-	405.690	405.690
Contas a receber de clientes	06	695.249	-	-	695.249	695.249
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	510.797	-	510.797	510.797
Total dos ativos		695.249	1.164.638	-	1.859.887	1.859.887
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	2.168.924	2.168.924	2.168.924
Cartão de Crédito	18	-	-	24.309	24.309	24.309
Adiantamento de Clientes	18	-	-	264.130	264.130	264.130
Créditos de Clientes	18	-	-	20.240	20.240	20.240
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.951.390	1.951.390	2.093.474
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	37.585	-	37.585	37.585
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	207.764	-	207.764	207.764
Total dos passivos		-	245.349	4.428.993	4.674.342	4.816.426

					Controladora	
					Valor Contabil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2014	2014
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	271.113	-	271.113	271.113
Aplicações financeiras	05	-	761.314	-	761.314	761.314
Contas a receber de clientes	06	565.507	-	-	565.507	565.507
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	69.508	-	69.508	69.508
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	65.052	-	65.052	65.052
Total dos ativos		565.507	1.166.987	-	1.732.494	1.732.494
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	1.929.257	1.929.257	1.929.257
Cartão de Crédito	18	-	-	56.080	56.080	56.080
Adiantamento de Clientes	18	-	-	111.214	111.214	111.214
Créditos de Clientes	18	-	-	1.282	1.282	1.282
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.333.064	1.333.064	1.461.305
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	45.257	-	45.257	45.257
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	78.175	-	78.175	78.175
Total dos passivos		-	123.432	3.430.897	3.554.329	3.682.570

					Consolidado	
					Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2015	2015
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	253.713	-	253.713	253.713
Aplicações financeiras	05	-	405.690	-	405.690	405.690
Contas a receber de clientes	06	607.524	-	-	607.524	607.524
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	510.797	-	510.797	510.797
Total dos ativos		607.524	1.170.200	-	1.777.724	1.777.724
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	2.132.710	2.132.710	2.132.710
Cartão de Crédito	18	-	-	24.309	24.309	24.309
Adiantamento de Clientes	18	-	-	265.039	265.039	265.039
Créditos de Clientes	18	-	-	20.993	20.993	20.993
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.951.404	1.951.404	2.093.474
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	37.585	-	37.585	37.585
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	208.059	-	208.059	208.059
Total dos passivos		-	245.644	4.394.455	4.640.099	4.782.169

					Consolidado	
					Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2014	2014
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	276.872	-	276.872	276.872
Aplicações financeiras	05	-	771.005	-	771.005	771.005
Contas a receber de clientes	06	466.075	-	-	466.075	466.075
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	69.508	-	69.508	69.508
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	65.052	-	65.052	65.052
Total dos ativos		466.075	1.182.437	-	1.648.512	1.648.512
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	1.858.498	1.858.498	1.858.498
Cartão de Crédito	18	-	-	56.080	56.080	56.080
Adiantamento de Clientes	18	-	-	111.833	111.833	111.833
Créditos de Clientes	18	-	-	3.085	3.085	3.085
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.333.083	1.333.083	1.461.305
Instr Financeiros - Hedge Accounting	26	-	45.257	-	45.257	45.257
Instr Financeiros - Demais Derivativos	26	-	78.240	-	78.240	78.240
Total dos passivos		-	123.497	3.362.579	3.486.076	3.614.298

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2 – preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3 – são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco.

Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	2015	Nível 1	Nível 2	2015
Ativos financeiros						
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	248.151	-	248.151	253.713	-	253.713
<i>Aplicações Financeiras</i>	-	405.690	405.690	-	405.690	405.690
<i>Instr Financeiros - Demais Derivativos</i>	-	510.797	510.797	-	510.797	510.797
Total dos ativos	<u>248.151</u>	<u>916.487</u>	<u>1.164.638</u>	<u>253.713</u>	<u>916.487</u>	<u>1.170.200</u>
Passivos financeiros						
<i>Fornecedores</i>	-	2.168.924	2.168.924	-	2.132.710	2.132.710
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	-	1.951.390	1.951.390	-	1.951.404	1.951.404
<i>Cartão de Crédito</i>	-	24.309	24.309	-	24.309	24.309
<i>Adiantamento de Clientes</i>	-	264.130	264.130	-	265.039	265.039
<i>Créditos de Clientes</i>	-	20.240	20.240	-	20.993	20.993
<i>Instr Financeiros - Hedge Accounting</i>	-	37.585	37.585	-	37.585	37.585
<i>Instr Financeiros - Demais Derivativos</i>	-	207.764	207.764	-	208.059	208.059
Total dos passivos	<u>-</u>	<u>4.674.342</u>	<u>4.674.342</u>	<u>-</u>	<u>4.640.099</u>	<u>4.640.099</u>

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	2014	Nível 1	Nível 2	2014
Ativos financeiros						
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	271.113	-	271.113	276.872	-	276.872
<i>Aplicações Financeiras</i>	-	761.314	761.314	-	771.005	771.005
<i>Instr Financeiros - Hedge Accounting</i>	-	69.508	69.508	-	69.508	69.508
<i>Instr Financeiros - Demais Derivativos</i>	-	65.052	65.052	-	65.052	65.052
Total dos ativos	<u>271.113</u>	<u>895.874</u>	<u>1.166.987</u>	<u>276.872</u>	<u>905.565</u>	<u>1.182.437</u>
Passivos financeiros						
<i>Fornecedores</i>	-	1.929.257	1.929.257	-	1.858.498	1.858.498
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	-	1.333.064	1.333.064	-	1.333.083	1.333.083
<i>Cartão de Crédito</i>	-	56.080	56.080	-	56.080	56.080
<i>Adiantamento de Clientes</i>	-	111.214	111.214	-	111.833	111.833
<i>Créditos de Clientes</i>	-	1.282	1.282	-	3.085	3.085
<i>Instr Financeiros - Hedge Accounting</i>	-	45.257	45.257	-	45.257	45.257
<i>Instr Financeiros - Demais Derivativos</i>	-	78.175	78.175	-	78.240	78.240
Total dos passivos	<u>-</u>	<u>3.554.329</u>	<u>3.554.329</u>	<u>-</u>	<u>3.486.076</u>	<u>3.486.076</u>

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2015

			Valor de Referência		Valor Justo		Recebidos (pagos) em 2015
Instrumento	Posição	Indexador	2015	2014	2015	2014	
<u>Designados para Hedge accounting</u>							
Risco Cambial							
NDF	Vendido	USD/BRL	(495.698) US\$	(213.978) US\$	(27.693)	(45.257)	168.746
Total					(27.693)	(45.257)	168.746
Risco de preços de commodities							
NDF	Comprado	Cobre	5.100 tons	5.603 tons	8.690	6.470	24.978
Compromisso firme de vend	Vendido	Cobre	(5.100) tons	(5.603) tons	(8.690)	(6.470)	-
NDF	Vendido	Cobre	(42.186) tons	(50.950) tons	3.025	37.646	(354.995)
NDF	Vendido	Ouro	(10.790) Oz	(12.685) Oz	786	(820)	(3.979)
NDF	Vendido	Prata	(446.986) Oz	(621.117) Oz	790	(440)	(8.466)
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	(1.941) tons	(1.973) tons	595	468	(5.742)
Derivativo Embutido	Vendido	Cobre	(61.648) tons	(39.894) tons	(16.543)	32.480	-
Derivativo embutido	Vendido	Ouro	(4.967) Oz	(3.661) Oz	364	(66)	-
Derivativo embutido	Vendido	Prata	(627.656) Oz	(204.504) Oz	1.091	240	-
Total					(9.892)	69.508	(348.204)
Total derivativos designados para hedge accounting					(37.585)	24.251	(179.458)
<u>Não designados para Hedge accounting</u>							
Derivativos Metais							
Futuro	Vendido	Cobre	(46.564) tons	(9.955) tons	55.607	(12.479)	-
NDF	Vendido	Ouro	(828) Oz	- Oz	-	-	-
NDF	Vendido	Prata	- Oz	- Oz	-	-	-
Futuro	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	(1.854) tons	180 tons	-	374	-
Total Derivativos Metais					55.607	(12.105)	-
Derivativos Embutidos						-	
Derivativo embutido	Comprado	Cobre	12.004 tons	11.559 tons	254.282	45.272	-
Derivativo embutido	Comprado	Ouro	4.424 Oz	301 Oz	844	(2.201)	-
Derivativo embutido	Comprado	Prata	338.127 Oz	8.529 Oz	(1.201)	(864)	-
Total					253.925	42.207	-
Derivativos de câmbio							
NDF	Comprado	USD/BRL	- US\$	5.115 US\$	(4.393)	(427)	(76.573)
Swap - fluxo de caixa	Comprado	Pré	4.884 R\$	3.750 R\$	2.495	3.651	-
Swap - fluxo de caixa	Vendido	Pré + VC	(4.884) R\$	(3.750) R\$	(4.999)	(4.962)	455
Total					(6.897)	(1.738)	(76.118)
Risco de taxa de Juros							
Swap	Comprado	Libor 3M/6M + VC	113.205 US\$	166.506 US\$	458.447	449.439	-
Swap	Vendido	Pré + VC	(113.205) US\$	(166.506) US\$	(458.344)	(449.187)	2.854
Total					103	252	2.854
Derivativos de ações							
Swap	Comprado	Ações - PMAM3	- R\$	58.250 R\$	-	29.356	-
Swap	Vendido	CDI + 1% aa	- R\$	(58.250) R\$	-	(71.160)	52.062
Total					-	(41.804)	52.062
Total demais derivativos					302.738	(13.188)	(21.202)
Total					265.153	11.063	(200.660)
Ativo circulante					510.797	134.560	
Passivo circulante					(245.644)	(123.497)	

5) Riscos de mercado

5.1) Risco cambial

A Paranapanema possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia.

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira através do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*) e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar).

A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
		USD	USD	USD	USD
Objeto					
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.443.310	1.215.992	1.443.310	1.215.992
Instrumento					
NDF - Designados para hedge accounting	Vendido	(495.698)	(213.978)	(495.698)	(213.978)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(565.380)	(369.279)	(565.380)	(369.279)
Fornecedores	Vendido	(382.232)	(632.734)	(382.232)	(632.734)
Derivativos não designados para hedge accounting					
Swap (Pré x USD)	Vendido	(1.251)	(1.889)	(1.251)	(1.889)
NDF (USD/BRL)	Comprado	-	5.115	-	5.115
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting					
Receita Projetada	Comprado	455.925	184.196	455.925	184.196
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(103.404)	(16.417)	(103.404)	(16.417)
Fornecedores	Vendido	(295.601)	(49.838)	(295.601)	(49.838)
Exposição líquida total		55.669	121.168	55.669	121.168

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
		EUR	EUR	EUR	EUR
Objeto					
Fluxo de pagamento projetado	Vendido	(2.271)	-	(2.271)	-
Instrumento					
NDF - Designados para hedge accounting	Comprado	2.271	-	2.271	-
Exposição líquida total		-	-	-	-

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
		CAD	CAD	CAD	CAD
Objeto					
Fluxo de pagamento projetado	Vendido	(123)	-	(123)	-
Instrumento					
NDF - Designados para hedge accounting	Comprado	123	-	123	-
Exposição líquida total		-	-	-	-

5.2) Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance*, para as quais foram feitas operações de Libor x Taxa Fixa para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Consolidado / Controladora	
		Nocional	
		2015	2014
Designados para <i>Hedge accounting</i>			
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	LIBOR	(1.027.870)	(442.274)
<i>Derivativos - Swap</i>	LIBOR	457.252	442.274
		(570.618)	-
Não designados para <i>Hedge accounting</i>			
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	TJLP	(15.757)	(17.737)
		(15.757)	(17.737)
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	T.JUROS RES.635/87	(13.734)	(16.071)
		(13.734)	(16.071)
<i>Aplicações</i>	PRÉ	406.417	880.952
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	PRÉ	(270.038)	(308.356)
<i>Derivativos - Swap</i>	PRÉ	-	(58.250)
		136.379	514.346

5.3) Risco de *commodities*

A Paranapanema em suas atividades de negócio adquire matéria prima e vende produtos finais, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange e London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal é dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

Consolidado / Controladora					
Cobre	Posição	2015		2014	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
<i>Ativos, líquido</i>	Comprado	79.540 tons	1.460.393	74.012 tons	1.250.116
Designados para Hedge accounting					
<i>Derivativo embutido</i>	Vendido	-35.547 tons	(652.656)	-32.903 tons	(555.757)
<i>Compromissos Firmes</i>	Vendido	-5.385 tons	(98.871)	-5.603 tons	(94.641)
<i>NDF</i>	Vendido	989 tons	18.155	-36.522 tons	(616.883)
Não designados para Hedge accounting					
<i>Derivativo embutido</i>	Comprado	12.004 tons	220.407	11.559 tons	195.238
<i>Compromissos Firmes</i>	Vendido	-2.506 tons	(46.002)	-931 tons	(15.727)
<i>NDF</i>	Vendido	-46.564 tons	(854.932)	-9.955 tons	(168.146)
Exposição líquida total		2.531 tons	46.494	-343 tons	(5.800)

Consolidado / Controladora					
Ouro	Posição	2015		2014	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
<i>Ativos, líquido</i>	Comprado	8.787 Oz	36.447	9.109 Oz	29.016
Designados para Hedge accounting					
<i>Derivativo embutido</i>	Vendido	-3.916 Oz	(16.243)	-3.287 Oz	(10.471)
<i>NDF</i>	Vendido	-8.832 Oz	(36.634)	-3.979 Oz	(12.675)
<i>Derivativo embutido</i>	Comprado	4.424 Oz	18.349	1.285 Oz	4.094
<i>Compromissos Firmes</i>	Comprado	00 Oz	-	326 Oz	1.037
<i>NDF</i>	Vendido	-828 Oz	(3.434)	-3.455 Oz	(11.006)
Exposição líquida total		-365 Oz	(1.515)	-01 Oz	(5)

Consolidado / Controladora					
Prata	Posição	2015		2014	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
<i>Ativos, líquido</i>	Comprado	599.943 Oz	32.376	510.067 Oz	21.637
Designados para Hedge accounting					
<i>Derivativo embutido</i>	Vendido	-556.938 Oz	(30.055)	-165.337 Oz	(7.013)
<i>NDF</i>	Vendido	-387.732 Oz	(20.924)	-186.801 Oz	(7.924)
<i>Derivativo embutido</i>	Comprado	338.127 Oz	18.247	74.067 Oz	3.142
<i>Compromissos Firmes</i>	Comprado	19.062 Oz	1.029	21.123 Oz	896
<i>NDF</i>	Vendido	00 Oz	-	-257.674 Oz	(10.930)
Exposição líquida total		12.462 Oz	673	-4.555 Oz	(192)

Consolidado / Controladora					
Outros	Posição	2015		2014	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
<i>Ativos, líquido</i>	Comprado	1.955 tons	14.812	1.766 tons	12.652
Designados para Hedge accounting					
<i>NDF</i>	Vendido	-191 tons	(1.193)	-1.890 tons	(12.679)
Não designados para Hedge accounting					
<i>Compromissos Firmes</i>	Vendido	-78 tons	(543)	-78 tons	(490)
<i>NDF</i>	Vendido	-1.854 tons	(13.946)	180 tons	159
Exposição líquida total		-168 tons	(870)	-22 tons	(358)

5.4) Risco de preço de ações

Em 27 de outubro de 2015, foi encerrada a liquidação de operação relacionada ao Contrato de Troca de Resultados de Fluxos Financeiros Futuros (*Total Return Swap*), realizada entre a Companhia e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Deutsche Bank”) em 05 de dezembro de 2012, conforme amplamente divulgado no mercado à época. A liquidação, que poderia se estender até o mês de fevereiro de 2016, foi integralmente concluída entre setembro e outubro, sem prejuízo algum à cotação das ações, e, a partir de agora, não mais afetará os resultados da Companhia.

	Controladora			
	2015		2014	
	Qtde. de Ações	Nocional	Qtde. de Ações	Nocional
<i>Swap</i> - PMAM3	-	-	11.885	58.250
Exposição líquida total	-	-	11.885	58.250

5.5) Análise de sensibilidades

De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2015, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

					Impacto no resultado				Impacto nos resultados abrangentes				
					Cenário Baixa		Cenário Alta		Cenário Baixa		Cenário Alta		
					25%	50%	25%	50%	25%	50%	25%	50%	
Risco Cambial													
Instrumento de hedge													
NDF - Hedge de fluxo de caixa	\$	-495.698	USD	USD	(1.935.602)	-	-	-	-	483.900	967.801	(483.900)	(967.801)
Fornecedores	\$	-382.232	USD	USD	(1.492.540)	-	-	-	-	373.135	746.270	(373.135)	(746.270)
Empréstimos	\$	-565.380	USD	USD	(2.207.696)	-	-	-	-	551.924	1.103.848	(551.924)	(1.103.848)
Demais instrumentos não derivativos													
Ativos	\$	166.981	USD	USD	652.027	(163.007)	(326.014)	163.007	326.014				
Passivos	\$	-399.005	USD	USD	(1.558.035)	389.509	779.017	(389.509)	(779.017)	-	-	-	-
Demais derivativos													
Swap	\$	-1.251	USD	USD	(4.884)	1.221	2.442	(1.221)	(2.442)	-	-	-	-
Total	\$	-1.676.585			(6.546.730)	227.723	455.445	(227.723)	(455.445)	1.408.959	2.817.919	(1.408.959)	(2.817.919)
Risco de taxa de juros													
Objeto de hedge													
Passivos	\$	-263.205	USD	LIBOR	(1.027.870)	2.682	5.364	(2.682)	(5.364)				
Instrumento de hedge													
Swap - Hedge de fluxo de caixa	\$	113.205	USD	LIBOR	103	(639)	(1.506)	1.095	1.962				
Demais instrumentos não derivativos													
Passivos	\$	-15.757	BRL	TJLP	(14.749)	(340)	(723)	805	1.441	-	-	-	-
Ativos	\$	406.417	BRL	PRÉ	406.690	(4.458)	(8.962)	4.404	8.797	-	-	-	-
Passivos	\$	-270.038	BRL	PRÉ	(247.065)	13.291	29.219	(13.585)	(25.009)	-	-	-	-
Total	\$	-29.378			(882.891)	10.536	23.392	(9.963)	(18.173)	-	-	-	-
Risco de preço de commodities													
Instrumento de hedge													
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo		4.815	ton	Cobre	88.405	(23.409)	(46.819)	23.409	46.819	-	-	-	-
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo		(4.111)	ton	Cobre	(75.483)	18.871	37.741	(18.871)	(37.741)				
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo		(35.547)	ton	Cobre	(652.656)	163.164	326.328	(163.164)	(326.328)	-	-	-	-
NDF (Cobre) - Hedge de fluxo de caixa		285	ton	Cobre	5.233	-	-	-	-	(1.308)	(2.616)	1.308	2.616
Não designados para hedge accounting													
NDF		(46.564)	ton	Cobre	(854.932)	215.041	430.082	(215.041)	(430.082)	-	-	-	-
Derivativo embutido		12.004	ton	Cobre	220.407	(55.102)	(110.203)	55.102	110.203	-	-	-	-
Total		(69.118)			(1.269.026)	318.565	637.129	(318.565)	(637.129)	(1.308)	(2.616)	1.308	2.616
Objeto de hedge													
Estoques (Ouro)													
Não designados para hedge accounting													
NDF		(828)	Oz	Ouro	(3.434)	859	1.717	(859)	(1.717)	-	-	-	-
Derivativo embutido		4.424	Oz	Ouro	18.349	(4.587)	(9.174)	4.587	9.174	-	-	-	-
Instrumento de hedge													
NDF		(8.832)	Oz	Ouro	(36.634)	9.159	18.317	(9.159)	(18.317)	-	-	-	-
Derivativo embutido		(3.916)	Oz	Ouro	(16.243)	4.061	8.122	(4.061)	(8.122)				
Total		(9.152)			(37.962)	9.492	18.982	(9.492)	(18.982)	-	-	-	-
Não designados para hedge accounting													
Derivativo embutido		338.127	Oz	Prata	18.247	(4.562)	(9.123)	4.562	9.123	-	-	-	-
Instrumento de hedge													
NDF		(387.732)	Oz	Prata	(20.924)	5.231	10.462	(5.231)	(10.462)	-	-	-	-
Derivativo embutido		(556.938)	Oz	Prata	(30.055)	7.514	15.027	(7.514)	(15.027)				
Total		(606.543)			(32.732)	8.183	16.366	(8.183)	(16.366)	-	-	-	-
Instrumento de hedge													
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)		(191)	ton	Outros metais	(1.193)	298	596	(298)	(596)				
Não designados para hedge accounting													
NDF		(1.854)	ton	Outros metais	(13.946)	3.487	6.973	(3.487)	(6.973)	-	-	-	-
Total		(2.045)			(15.139)	3.785	7.569	(3.785)	(7.569)	-	-	-	-
Premissas:													
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL				3,9048	2,9286	1,9524	4,8810	5,8572				
Preço Cobre	Official Price Cash LME				\$4.702	\$3.527	\$2.351	\$5.878	\$7.053				
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA				\$1.062	\$797	\$531	\$1.328	\$1.593				
Preço Prata	Official Price Cash LBMA				\$14	\$10	\$7	\$17	\$21				
Preço Zinco	Official Price Cash LME				\$1.600	\$1.200	\$800	\$2.000	\$2.400				
Preço Estanho	Official Price Cash LME				\$14.600	\$10.950	\$7.300	\$18.250	\$21.900				
Preço Chumbo	Official Price Cash LME				\$1.802	\$1.352	\$901	\$2.253	\$2.703				

6) Contabilidade de hedge

A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*:

a. Hedge de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos

O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactada com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americanos, garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as

variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*.

A variação cambial das dívidas é transferida para a conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Empréstimos e Financiamentos, quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Empréstimos e Financiamentos e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado.

Com base no CPC 38, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*.

b. *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

c. *Hedge* de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques é proteger o valor justo dos estoques de metais (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata), em dólares norte-americanos (USD), mantendo-os a mercado até que a venda seja realizada.

O objeto de *hedge* é o estoque de metais da Companhia em dólares norte-americanos (USD). Os instrumentos de *hedge* são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 1 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge*, que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 1 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos e em bolsa é contabilizada no Resultado Operacional assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de

Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

d. Hedge de Fluxo de Caixa de custo de metais

O objetivo do *hedge* é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *Hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal em dólares no CPV seja similar ao preço do metal em dólares da receita.

O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. O instrumento de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* for realizado.

e. Hedge de Fluxo de Caixa de pagamentos (CAPEX) em moeda estrangeira

O objetivo do programa é garantir que os pagamentos indexados a moeda estrangeira não sejam impactados com variação cambial. A combinação do derivativo e do pagamento irá resultar numa saída de fluxo de caixa fixa/constante, baseada na taxa garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* são os fluxos de desembolso futuros em moeda estrangeira (dólares americanos, dólares canadenses, euro). O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL, CAD/BRL e EUR/BRL, posição de Compra

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no CPC 38 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) documentando:

- i. O relacionamento do *hedge*;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*;
- iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;
- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável;

viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Valor de Mercado ¹			
					2015		2014	
Hedge de Fluxo de Caixa								
Derivativos - designados					Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Dez/2015	(474.923) US\$	(168.746)	-	7.845	-
NDF - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2016 a Dez/2020	(495.698) US\$	(214.829)	-	(46.728)	-
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	Jan/2015 a Dez/2015	67.208 tons	-	-	(346)	-
NDF - Provisão	Custo	Cobre	jan/16	1.983 tons	27	-	(5)	-
Não derivativos - designados								
ACC/PPE - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Dez/2015	(90.917) US\$	(30.397)	-	(33.958)	-
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2016 a Out/2026	(565.380) US\$	(650.160)	-	(131.278)	-
Demais dívidas - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Dez/2015	(183.459) US\$	(121.001)	-	(11.659)	-
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2016 a Nov/2023	(382.232) US\$	(486.389)	-	(202.909)	-
Derivativos - des-designados								
NDF - Encerrados		USD/BRL	Jan/2015 a Set/2015	(199.356)	76.573	-	12.818	-
Hedge de Valor Justo								
Derivativos								
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	Jan/2015 a Set/2015	9.119 tons	(25.677)	25.677	-	-
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	Jul/2015 a Set/2016	5.100 tons	(8.690)	8.690	(6.470)	6.470
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	dez/15	26.101 tons	(1.425)	-	5.556	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	Jan/2016 a Abr/2016	35.547 tons	(15.118)	15.118	26.924	(26.924)
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	dez/15	1.051 Oz	77	-	27	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	Jan/2016 a Mar/2016	3.916 Oz	287	(287)	(93)	93
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	dez/15	70.718 Oz	125	-	102	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	Jan/2016 a Mar/2016	556.938 Oz	965	(965)	138	(138)
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	Jan/2016 a Abr/2016	42.186 tons	3.025	(3.025)	37.646	(37.646)
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	Jan/2016 a Fev/2016	1.941 tons	456	(456)	423	(423)
NDF - Provisão	Estoques	Chumbo	jan/16	78 tons	(26)	26	23	(23)
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	jan/16	45 tons	7	(7)	22	(22)
NDF - Provisão	Estoques	Ouro	Dez/15 a Mar/16	10.790 Oz	786	(786)	(820)	820
NDF - Provisão	Estoques	Prata	Dez/15 a Mar/16	446.986 Oz	790	(790)	(440)	440

¹ O Valor de Mercado para os derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

	Consolidado / Controladora			
	Patrimônio Líquido		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
Derivativos designados para hedge accounting				
Risco de commodities	27	(5)	-	5.111
Risco cambial	(214.829)	(46.728)	(168.746)	39.616
	(214.802)	(46.733)	(168.746)	44.727
Não derivativos designados para hedge accounting				
Risco cambial	(1.136.549)	(334.187)	(151.398)	-
	(1.136.549)	(334.187)	(151.398)	-
Demais derivativos				
Risco de commodities	-	-	-	(16.319)
Risco cambial	-	-	-	(7.622)
	-	-	-	(23.941)

7) Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

Riscos de Crédito		Controladora		Consolidado	
Ativos	Nota	2015	2014	2015	2014
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	5	248.151	271.113	253.713	276.872
<i>Aplicações Financeiras</i>	5	405.690	761.314	405.690	771.005
<i>Contas a receber de clientes</i>	6	695.249	565.507	607.524	466.075
		1.349.090	1.597.934	1.266.927	1.513.952

8) Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com vencimentos inferiores há 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2015.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3,9048/US\$ 1) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Consolidado	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	253.713	253.713	-	-	-
<i>Aplicações Financeiras</i>	405.690	377.065	28.625	-	-
<i>Contas a receber de clientes</i>	607.524	604.770	2.754	-	-
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	510.797	510.797	-	-	-
	<u>1.777.724</u>	<u>1.746.345</u>	<u>31.379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos					
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	(2.093.474)	(1.034.774)	(685.026)	(368.327)	(5.347)
<i>Cartão de Crédito</i>	(24.309)	(24.309)	-	-	-
<i>Adiantamento de Clientes</i>	(265.039)	(265.039)	-	-	-
<i>Créditos de Clientes</i>	(20.993)	(20.993)	-	-	-
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	(245.644)	(245.644)	-	-	-
<i>Fornecedores</i>	(1.829.089)	(1.829.089)	-	-	-
	<u>(4.478.548)</u>	<u>(3.419.848)</u>	<u>(685.026)</u>	<u>(368.327)</u>	<u>(5.347)</u>
<i>Posição Líquida</i>	<u>(2.700.824)</u>	<u>(1.673.503)</u>	<u>(653.647)</u>	<u>(368.327)</u>	<u>(5.347)</u>

9) Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros do item 4- classificação de Instrumentos Financeiros.

10) Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	14	1.951.390	1.333.064	1.951.404	1.333.083
<i>Instrumentos financeiros derivativos a pagar</i>	26	499.274	165.639	499.569	165.704
<i>Cartão de Crédito</i>	18	24.309	56.080	24.309	56.080
<i>(-) Caixa e equivalentes de caixa</i>	05	(248.151)	(271.113)	(253.713)	(276.872)
<i>(-) Aplicações financeiras</i>	05	(405.690)	(761.314)	(405.690)	(771.005)
<i>(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber</i>	26	(509.342)	(134.560)	(509.342)	(134.560)
(=) Dívida (Caixa) líquida		1.311.790	387.796	1.306.537	372.430
<i>Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar</i>	26	(253.925)	(42.207)	(253.925)	(42.207)
<i>(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber</i>	26	(1.455)	-	(1.455)	-
(=) Dívida (Caixa) líquida c/ Derivativos Embutidos		1.056.410	345.589	1.051.157	330.223
<i>Patrimônio líquido</i>	19	344.476	1.204.232	344.476	1.204.232
<i>Quociente de alavancagem</i>		79,20%	24,36%	79,14%	23,62%
<i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i>		75,41%	22,30%	75,32%	21,52%

27. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição. A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2015	2014
<i>Até 1 Ano</i>	1.492	1.592
<i>de 2 a 6 anos</i>	6.199	6.586
<i>acima de 6 anos</i>	1.220	2.326
	<u>8.911</u>	<u>10.504</u>

28. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, as Importâncias Seguradas e Limite de Cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado	Limite Máximo Indenizável
<i>Risco Operacional (All Risks)</i>	R\$ 2.084.468	R\$ 350.000
<i>Responsabilidade Civil Geral</i>	R\$ 11.000	R\$ 4.000
<i>Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)</i>	R\$ 50.000	R\$ 50.000
<i>Riscos de Engenharia</i>	R\$ 67.508	R\$ 67.508
<i>Transportes (território nacional)</i>	R\$ 12.000.000	R\$ 12.000.000
<i>Seguro de Crédito Exportação</i>	US\$ 8.256	US\$ 8.256
<i>Transportes (território internacional)</i>	US\$ 2.100.000	US\$ 2.100.000
<i>Vida em Grupo</i>	30 x salário base	R\$ 3.000

29. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no período é de R\$ 2.411 (R\$ 2.597 em 2014).

30. Plano de remuneração variável

Termos e condições gerais

Beneficiários: Os principais executivos da Companhia, ocupantes das posições de Diretor, Gerente ou Chefe, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável - Incentivo de Longo Prazo (ILP), atrelado às estratégias do negócio e ao desempenho individual de cada um. A modalidade utilizada para o ILP é a de *phantom shares*, baseada no desempenho, variação e valor das ações da Companhia, sendo que, após o *vesting*, o valor de direito é pago em moeda corrente. Para pagamento e distribuição das *phantoms shares* são estabelecidas condições gerais, as quais são definidas em instrumento particular assinado pelo elegível.

Anualmente, o Conselho de Administração estabelece a composição das metas, que, se atingidas, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos elegíveis, desde que atendidos os critérios estabelecidos.

Condições para exercício: o instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das *phantom shares* os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O instrumento prevê as seguintes condições para exercício das *phantom shares*:

- (i) No caso de pedido de demissão voluntária ou demissão por justa causa, não haverá pagamento de quaisquer valores a título de ILP do ano aquisitivo, bem como dos demais anos.
- (ii) No caso de demissão sem justa causa, não haverá o pagamento de quaisquer valores ao Gestor a título de ILP do ano aquisitivo, bem como dos demais anos.
- (iii) No caso de suspensão do contrato de trabalho por invalidez, não haverá o pagamento de quaisquer valores a título de ILP enquanto o contrato de trabalho permanecer suspenso.

(iv) No caso de falecimento do Gestor, seus herdeiros e/ou sucessores legais receberão os direitos ao qual o Gestor faria jus até a data de falecimento, na proporção de 50%, a serem pagos na próxima data de pagamento do PRV possível.

(v) Na ausência de desligamento, as condições de aquisição das *phantom shares* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo-se assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelo regulamento.

Critérios para fixação do prazo de exercício: Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o *vesting* será diferido em 4 anos, com pagamentos anuais, ou seja, $\frac{1}{4}$ das *phantom shares* por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será convertido em ações *Phantom*, tomando como base o valor médio das ações do ano anterior à concessão.

Forma de liquidação: Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício: Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito ($\frac{1}{4}$ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento. Além disso, o ILP referente aos exercícios fiscais subsequentes, se aplicável o presente Instrumento, será apurado, concedido e pago sucessivamente nos anos por vir.

Restrições à transferência das ações: O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser, em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações. As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela PMA, os seu único e exclusivo critério, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente: A Companhia completou durante o primeiro trimestre 2015 o primeiro ciclo de avaliação referente ao exercício de 2014, onde foram concedidas as *phantom shares* aos elegíveis que estiveram dentro dos critérios estabelecidos no instrumento individual, e a aprovação ocorreu em 27 de março de 2015, na A.G.O.. O pagamento das *phantom shares* é feito em até 30 dias após a aprovação das Demonstrações Financeiras pela A.G.O., com o primeiro *vesting* previsto para 2016 e o último, em 2018. Para o exercício de 2015 houve provisão de R\$ 1.156 (nota 11.d), 2014 não houve provisionamento.

31. Eventos Subsequentes

Em Janeiro de 2016 foi judicialmente requerida a recuperação judicial de um cliente da controlada CDPC. A Companhia não prevê impactos relevantes em suas demonstrações, uma vez que possui como garantias para recebimento dos valores uma alienação fiduciária de bens móveis relativos a equipamentos do cliente, tais como 4 trefiladeiras e 3 cordeiras e fiança pessoal dos sócios. As referidas garantias correspondem a aproximadamente 92% do valor total da dívida e não estão sujeitas ao processo de recuperação judicial.